

Um breve balanço das intensas atividades de *Educação e Pesquisa*

Nunca fomos tão obcecados pelo tempo como somos hoje. Sabemos que a vida contemporânea é cada vez mais marcada pelo consumo desenfreado, pela sobrecarga de estímulos, pela pressa, pela falta de tempo e pelo sentimento de urgência, bem como pela competição, pela chamada *produtividade*, pelo progresso tecnológico e pelo excesso de informações. Para conviver em meio a tantas pressões, acabamos forçados a tornar-nos peritos em sobreviver a altas velocidades. Nesse contexto, muitas vezes nos esquecemos de que essa relação frenética com o tempo, característica tão definidora da sociedade atual, é resultado de um longo processo histórico e social.

No ritmo agitado em que vivemos, é sempre bom lembrar as sábias palavras do sociólogo Norbert Elias, as quais, embora formuladas em outra época, ajudam-nos a ter uma visão crítica acerca de alguns excessos presentes na sociedade contemporânea, bem como da própria noção de tempo ao longo das eras, aspecto fundamental do que ele denomina *processo civilizador*:

O tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico.

Tudo isso contribui, ao que parece, para modificar nossa concepção das relações entre indivíduo, sociedade e natureza.¹

Diante de tantos calendários, agendas e relógios que regulam nossa vida, o tempo parece ser uma exigência inexorável. Com efeito, a consciência temporal que temos hoje nos é a tal ponto internalizada, que temos razoável dificuldade em imaginar que comunidades humanas de outras épocas – ou mesmo da época atual – fossem capazes de sobreviver sem os marcos de temporalidade a que nos acostumamos.

Sendo assim, queiramos ou não, nossas ações são balizadas pelos limites temporais. O ano mal começou e já estamos com aquela sensação de que trabalhamos muito e de que o tempo passou depressa. Talvez porque, para nós, editores de *Educação e Pesquisa*, 2011 tenha começado de maneira bastante agitada.

1- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 17.

Logo no início do ano, conseguimos concretizar algumas mudanças que já vinham sendo planejadas há um bom tempo. Nesse sentido, apesar das dificuldades inerentes à coordenação de uma publicação acadêmica com o perfil de nossa revista (dificuldades relacionadas, especialmente, ao volume excessivo de trabalho, à difícil administração dos recursos financeiros e humanos, às pressões dos prazos curtos, às consequências que nosso tipo de periódico sofre em decorrência das perversas políticas adotadas para incentivar a produtividade acadêmica etc.), conseguimos, com a inestimável ajuda de todo o corpo editorial e da direção da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, vencer batalhas importantes no que diz respeito ao cotidiano, à sobrevivência e aos rumos da revista. Sendo assim, embora tenhamos vivido poucos meses do ano, já temos muito a comemorar.

Primeiramente, lançamos, no primeiro volume do ano de 2011, um número temático resultante de uma chamada (à qual denominamos *Demanda Dirigida*) sobre um assunto que julgamos ser de grande interesse para toda a comunidade acadêmica educacional no cenário atual: o processo de implantação do ensino fundamental de nove anos no Brasil. A grande procura por parte de autores de renome (de diversas instituições de pesquisa) que submeteram seus trabalhos, bem como o interesse demonstrado pelos leitores, evidenciaram que a escolha do assunto foi acertada. T tamanha foi a repercussão dos textos, que acabamos planejando, em maio deste ano, no auditório da Faculdade, uma mesa redonda sobre a temática com alguns dos autores cujos textos compõem o volume. A concretização desse número temático foi muito importante na medida em que resultou da política editorial em vigor, que busca equilibrar a publicação de originais espontaneamente enviados por pesquisadores de diferentes universidades com a publicação de textos originários de demandas dirigidas (que não deixaram de ser rigorosamente avaliados por pareceristas), textos estes que são escolhidos pela comissão editorial e que devem refletir temas emergentes ou candentes no debate educacional nacional, traduzindo anseios da comunidade científica mais ampla.

Uma segunda importante conquista diz respeito ao fato de que, em fevereiro, completamos um ano de uso do Sistema SciELO de Publicação como ferramenta de comunicação com os autores e pareceristas da revista *Educação e Pesquisa*. Como o leitor deve saber, a SciELO (sigla para *Scientific Electronic Library Online*) abrange uma coleção de aproximadamente 250 periódicos brasileiros disponibilizados em acesso aberto por meio da internet. Um indicador de sua relevância é o fato de a biblioteca eletrônica SciELO Brasil ter sido recentemente classificada em primeiro lugar num *ranking* mundial de portais de acesso aberto divulgado pelo laboratório Cybermetrics, associado ao Conselho de Pesquisas Científicas da Espanha. Além de funcionar como importante portal virtual, a SciELO dispõe de um sistema eletrônico que permite agilizar todo o processo de submissão e avaliação dos artigos. Por meio da competente coordenação de Wilson Gambeta, que exerce a função de gerente editorial de *Educação e Pesquisa*, e contando com o inestimável apoio

de um abrangente time de pareceristas *ad hoc* (composto de aproximadamente mil integrantes), no prazo de um ano conseguimos reduzir significativamente o tempo médio envolvido em todo o processo de avaliação de um artigo (desde o momento de sua submissão, até a resposta final para seu(s) autor(res)). De modo geral, nesse primeiro ano de funcionamento, os autores tiveram um tempo médio de 153 dias (cinco meses) para obterem algum tipo de resposta da Comissão Editorial. Ou seja, o tempo decorrido entre as datas de submissão e de comunicação final ao autor – período que nos anos anteriores ao sistema eletrônico era, em média, de 294 dias (9,7 meses) – foi reduzido praticamente à metade. Esperamos que esse prazo possa chegar próximo a quatro meses no segundo ano de uso, graças à melhoria permanente do cadastro e à maior familiaridade dos editores com o sistema.

Além dos resultados extremamente promissores de nossa entrada no Sistema SciELO de Publicação, comemoramos o fato de termos conseguido vincular novamente a revista à biblioteca, e de termos remanejado e ampliado o quadro de recursos humanos e o espaço físico da revista. Para fazer frente à crescente demanda de trabalhos, o corpo editorial também cresceu. Contamos agora com o auxílio de mais dois professores da Faculdade de Educação da USP: Julio Groppa Aquino e Vinício de Macedo Santos.

Por esse conjunto de razões, começamos o ano com a certeza de que teremos melhores condições para desenvolver o trabalho nobre e de grande responsabilidade que nos cabe como membros da Comissão Editorial de uma das mais prestigiadas revistas brasileiras na área da educação. Finalmente, há mais um último motivo para comemorar. A revista *Educação e Pesquisa* tem procurado publicar textos de autores clássicos ou contemporâneos estrangeiros, com vistas a ampliar e enriquecer o debate educacional no Brasil. Neste número, temos a honra de divulgar ao público brasileiro o extremamente interessante, oportuno e corajoso texto de autoria da argentina (radicada no México) Emilia Ferreiro (originalmente publicado pela Fundación Germán Sánchez Ruipérez, de Salamanca, Espanha), intitulado “Alfabetización digital. ¿De qué estamos hablando?”. Nesse ensaio, Ferreiro faz um balanço arguto sobre as complexas relações existentes entre tecnologia e educação, pensando mais especificamente nas instituições escolares e na geração atual de alunos que já nasceram com a tecnologia instalada na sociedade (aos quais ela chama de *crianças informatizadas*).

Além desse texto, o presente volume, como trataremos a seguir, apresenta grande diversidade de temas e de abordagens teóricas, o que evidencia a multiplicidade de questões que emergem quando a educação é objeto de reflexão. Assim, o leitor encontrará artigos que discutem problemas de caráter mais estrutural do ponto

de vista político, tal como a mercantilização do ensino superior, e outros que abordam a formação de professores sob diferentes aspectos. Há textos sobre a utilização de videograções em pesquisas qualitativas, sobre o ensinar e o aprender no meio virtual, sobre a pós-graduação em educação física, a mentoria escolar, o currículo, as competências profissionais e, finalmente, a atuação das organizações não governamentais nas atividades de leitura.

O artigo que abre este número, intitulado “Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado”, de autoria de Julio C. G. Bertolin, discute a mercantilização da educação superior, relacionando-a com as reformas ocorridas nesse nível de ensino nas últimas décadas. Tais reformas reforçaram a atuação de instituições privadas de ensino e propiciaram a emergência da lógica e dos mecanismos de mercado na esfera educacional, o que levou a educação a perder seu *status* de bem público e a assumir a condição de serviço comercial. O autor analisa o que denomina *imperfeições de competição* e conclui que a regulação estatal continua a ser imprescindível para a existência de *mercados perfeitamente competitivos* no âmbito da educação superior, o que torna a ideia de mecanismos autorreguladores altamente improvável.

O artigo que se segue, de Andrea Garcez, Rosalia Duarte e Zena Eisenberg, “Produção e análise de videograções em pesquisas qualitativas”, aborda uma importante questão metodológica sobre a qual há pouco material de referência. As autoras discutem os aspectos éticos e técnicos da pesquisa com videogração, assim como formas de catalogação, organização e análise do material empírico coletado. Apoiado em bibliografia pertinente e atual, o trabalho constitui importante contribuição para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa educacional realizada por meio da captação de sons e de imagens em movimento.

Vânia Maria Nunes dos Santos e Pedro Roberto Jacobi são os autores do terceiro texto aqui apresentado, cujo título é “Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente”. O artigo discute, de forma inovadora, o processo de formação de professores, introduzindo novos instrumentos de pesquisa como o georreferenciamento, os indicadores socioambientais e a abordagem de bacias hidrográficas. Associa ensino, autoavaliação, pesquisa, construção de conhecimento local e proposição de respostas aos problemas da comunidade. Segundo os autores, incorporar a questão socioambiental à prática pedagógica permite que os projetos escolares insiram a escola na realidade de seu entorno, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos em ações coletivas que incluem a escola, a comunidade e o poder público, por meio da aprendizagem social, tendo em vista o desenvolvimento de políticas públicas mais democráticas.

Na sequência, está o artigo “A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ)”, de Rodrigo de A. C. Lamosa e Carlos Frederico B. Loureiro. Trata-se de uma reflexão sobre a inserção da educação ambiental como objeto de estudo nas escolas públicas, tendo como referência a rede municipal de Teresópolis. Os dados nos quais se baseiam os autores resultam de pesquisa empírica realizada em escolas, bem como da análise do PNEA (Plano Nacional de Educação Ambiental) e de documentos oficiais da rede municipal daquela cidade. A partir de bibliografia bastante atualizada e consistente, Lamosa e Loureiro concluem que, apesar de as iniciativas de professores e estudantes no cotidiano escolar materializarem práticas relevantes, questões fundamentais como diretrizes, arranjo e conteúdo curriculares, reorganização da carga didática docente e formação inicial e continuada de professores “ainda precisam ser contempladas pelas políticas públicas para o efetivo enraizamento da EA no contexto escolar”. Pela qualidade da reflexão empreendida pelos autores, esse artigo abre um estimulante campo de debate, dialogando inclusive com o texto que o precede.

O artigo de Sérgio Pereira da Silva, intitulado “Estética e ética em Kierkegaard: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano”, busca pensar a cultura pedagógica dessa região do Estado de Goiás, destacando os impasses pedagógicos observados em suas práticas de ensino e na formação de professores, ainda marcados por um caráter estetizante que muitas vezes se supõe superado. Utiliza como referencial teórico as reflexões de Kierkegaard sobre ética e estética, e estudos sobre cultura brasileira realizados por Mario Vieira Mello e Regis de Moraes. Trata-se de uma pesquisa teórica e empírica ao final da qual o autor conclui que, entre o ser e o parecer, continua a haver uma longa distância no que se refere às práticas de ensino, à formação de professores e ao próprio modo de agir dos alunos. O “caráter imediato e contingente do estetismo, em contraposição ao caráter processual (no sentido de intencionalidade) da ética”, está presente, segundo o autor, nas mais diversas ações e reflexões que constituem o *ethos* educacional no Sudeste Goiano, sufocando a originalidade, o senso de autonomia ou excelência, e fragilizando os empenhos por rigor, justiça e por “nossos valores mais caros”.

“Ensinar e aprender no meio virtual: rompendo paradigmas”, de Gilberto Lacerda dos Santos, relata os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo autor, entre 2004 e 2008, sobre 13 dissertações de mestrado acadêmico e profissionalizante, com o objetivo de discutir a sala de aula virtual e redefinir o que é entendido por espaço educativo. Segundo o autor, a contribuição que esse tipo de trabalho aporta reside na “afirmação, na reafirmação ou na confirmação de um conjunto de elementos definidores da sala de aula virtual, que pode fazer dela o cenário de uma experiência didática única, prazerosa, efetiva, eficaz e totalmente condizente com a dinâmica da sociedade da informação”. Esses elementos seriam os

“conceitos de comunidade de aprendizagem em rede, de trabalho colaborativo virtual, de horizontalização da relação educativa, de materiais didáticos dinâmicos e de mediação pedagógica fundamentada na interatividade”. A adoção de tais conceitos levaria a uma nova dinâmica para a relação virtual, distanciada de práticas hoje inoperantes mesmo na educação tradicional.

O artigo seguinte, intitulado “A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública”, das autoras Ana Shitara Inglesi e Idméa Semeghini-Siqueira, trata de um tema recorrente na literatura educacional: leitura e letramento. Sua originalidade reside na introdução de um novo elemento na análise, a saber, a atuação de organizações não governamentais no ensino de línguas. A pesquisa, com características etnográficas, foi realizada em uma organização atuante em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, durante um ano e meio. As referências teóricas são Frank Smith, teórico da psicolinguística, e Hans Robert Jauss, teórico da recepção. As autoras concluem que a ONG estudada contribui para a melhoria do processo de letramento, mas, ao mesmo tempo, opera de forma excludente ao selecionar apenas os alunos já interessados em leitura para participarem das atividades que desenvolve em escolas públicas, o que não contribui para a constituição de novos leitores. Ao final da pesquisa, elas afirmam que, ainda assim, há muito de positivo na interação entre a educação pública e tais instituições, na medida em que estas desenvolvem vivências alternativas para as escolas, estabelecendo uma relação de troca de experiências que pode produzir melhorias no ensino como um todo.

Francisco Simões e Madalena Alarcão, ambos da Universidade de Coimbra, Portugal, abordam, em seu artigo “A eficácia da mentoria escolar na promoção do desenvolvimento socioemocional e instrumental de jovens”, tema pouco debatido em nosso país. Os autores fazem uma cuidadosa revisão bibliográfica do conceito de mentoria (tutoria, no Brasil), analisando suas funções, as metodologias de estudo de diferentes programas, sua eficácia e seus resultados no nível socioemocional e acadêmico dos jovens. Discutem também as limitações gerais dos estudos de eficácia e suas implicações para a investigação. Embora esse artigo não se refira aos programas de educação a distância, campo em que a questão da tutoria é tema de pesquisas e debates no Brasil, ele traz contribuições também relevantes para as questões a eles relacionadas.

O artigo intitulado “Competências profissionais e interdisciplinaridade no Direito: percepções de discentes de uma faculdade particular mineira”, de autoria de Kely César Martins de Paiva, Fernando Procópio Lage, Sthefania Navarro dos Santos e Carla Ribeiro Volpini Silva, descreve e analisa os resultados de uma pesquisa sobre as contribuições do curso superior de Direito e, mais especificamente, de uma prática pedagógica interdisciplinar na formação e no desenvolvimento de competên-

cias profissionais nos alunos de uma instituição de ensino superior privada. A análise desenvolve-se a partir da percepção dos próprios alunos e pauta-se no modelo da competência de Afonso Fleury e Maria Tereza Leme Fleury, bem como nas competências previstas nas diretrizes curriculares nacionais.

Os autores do artigo “O currículo do Curso Técnico em Agropecuária: subvertendo a concepção de grade curricular”, Flávia Moreira Barroca de Barros, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Maria de Lourdes Mattos Barreto e José Ambrósio Ferreira Neto, analisam os fatores que influenciaram a composição do currículo do Curso Técnico em Agropecuária da Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, ao longo de sua existência. Recorrendo à análise documental e a entrevistas com professores do curso, identificam suas concepções acerca do processo de modificação do currículo. O artigo apresenta uma discussão sobre as vertentes que compõem o campo da teoria curricular, relacionando-as com o campo da formação profissional no âmbito das ciências agrárias. Nesse sentido, permite um avanço em termos de uma concepção interdisciplinar de currículo e de formação profissional.

O artigo de Edison de Jesus Manoel e de Yara Maria de Carvalho, intitulado “Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica”, mostra como a biodinâmica, uma das subáreas da pós-graduação em educação física, ao lado da sociocultural e da pedagógica, predomina e torna-se hegemônica no que se refere à pesquisa e à dimensão do corpo docente. Tal situação reflete uma tendência geral na qual pesquisas orientadas para as ciências da natureza são privilegiadas relativamente aos estudos desenvolvidos nas perspectivas sociocultural e pedagógica. Segundo os autores, esse quadro nacional guarda semelhanças com o que se observa nos Estados Unidos, onde acadêmicos dessas subáreas têm enfrentado dificuldades crescentes em tornar suas concepções teóricas e metodológicas compatíveis com os modos de pensamento e de investigação da cinesiologia.

Carlos Miguel Ribeiro, professor da Universidade do Algarve, Portugal, é o autor do artigo “Abordagem aos números decimais e suas operações: a importância de uma *eficaz navegação* entre representações”. Ele focaliza alguns aspectos e possibilidades de atividades relativas à multiplicação de números decimais a serem desenvolvidas com os alunos, “discutindo o conhecimento matemático para o ensino, subjacente à preparação e aplicação das mesmas”. O texto tem como referência um trabalho desenvolvido durante alguns anos com professores do primeiro ciclo do ensino básico (alunos de seis a nove anos) em Portugal. O autor ressalta a importância de abordar os números conjuntamente nas formas decimal e fracionária, pois isso permite que os alunos percebam as diferentes representações para um mesmo número. Trata-se de um artigo que apresenta inúmeras contribuições para o tema da educação matemática e para a formação docente nessa área.

Prosseguindo em nossa política de verter alguns dos textos para o inglês, além do editorial, três artigos desta edição estão disponibilizados em língua inglesa na versão eletrônica da SciELO. São eles: “Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado”; “Formação de professores: projetos escolares no estudo do ambiente” e “Produção e análise de videograções em pesquisas qualitativas”.

Esperamos que o conjunto de artigos aqui publicados possa oferecer ao leitor diferentes perspectivas de análise para conhecidos problemas e, quem sabe, fornecer novos temas que ensejem pesquisas acadêmicas originais. Almejamos, principalmente, que a leitura dos textos possa representar uma pausa reflexiva, necessária para ganhar fôlego e/ou trazer algum tipo de esperança que nos alivie da angústia do ritmo frenético do vale-tudo pós-moderno e dos tempos difíceis em que vivemos.

Teresa Cristina Rego e Lucia Bruno

Editoras de *Educação e Pesquisa*